



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

REQUERIMENTO Nº 434/2022

Divinópolis, 20 de Setembro de 2022.

**Exmo. Sr.
Eduardo Print Júnior
DD. Vereador Presidente da Câmara Municipal
Nesta**

O Vereador, que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer de V. Ex^a após ouvir o soberano plenário que seja encaminhada ao Sr. Prefeito Gleidson Azevedo, solicitando nos remeter dentro do prazo regimental junto ao setor competente as informações a seguir :

Considerando resposta ao requerimento 422/2022 que apurou o valor de R\$ 12.354.518,00 (Doze milhões trezentos e cinquenta e quatro mil ,quinhentos e dezoito reais em glosas a receber da empresa Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBDS) , e que esse valor foi levantado na prestação de contas no período de Outubro de 2019 a Outubro de 2021.

Considerando que foi encaminhado um ofício interno 02/2022 juntado a resposta ao Requerimento 422/2022 enviado Sr ao Controlador Diogo Andrade Vieira e a Presidente da comissão Processo Adm. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBDS) ,Sra Renata Juliana com copia ao Secretário de Saúde Alan Rodrigo comunicando a existência destas Glosas referente a prestação de contas de Outubro de 2019 a Outubro de 2021.

Considerando que somente no dia 13/09/2022 foi publicada a Portaria Conjunta 224/2022, assinada pelo secretário municipal de Saúde, Alan Rodrigo da Silva, e pelo prefeito Gleidson Azevedo (PSC), que rescinde unilateralmente o contrato de gestão da UPA com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBDS) “por relevante interesse público”. ou seja após 07 meses da comunicação da existência através do ofício interno 02/2022.

Solicito informação se a empresa já foi notificada o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBDS) sobre a existência dessas Glosas e caso a resposta seja sim , solicito copias das notificações enviadas a empresa .



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

Justificativa

Respeitando os princípios do Estado de Direito e baseado nos dispositivos do Regimento Interno do Poder Legislativo e Lei Orgânica do Município e como Fiscais do Povo é que solicitamos tais informações a fim de subsidiar um trabalho parlamentar que estamos realizando.

Ademir Silva
Vereador MDB